

## Programa de assistência estudantil e sua contribuição para programa de ação afirmativa

### *Student assistance program and its contribution to affirmative action program*

**Recebido:** 06/05/2021 | **Revisado:**  
28/02/2023 | **Aceito:** 28/02/2023 |  
**Publicado:** 16/03/2023

**Kely Meiry Damasceno**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7570-1934>  
Instituto Federal de Educação, Ciência e  
Tecnologia de Minas Gerais  
E-mail: [kely.damasceno@ifmg.edu.br](mailto:kely.damasceno@ifmg.edu.br)

**Como citar:** DAMASCENO, K. M.;  
Programa de assistência estudantil e sua  
contribuição para programa de ação  
afirmativa. **Revista Brasileira da Educação  
Profissional e Tecnológica**, [S.l.], v. 1, n.  
23, p. 1-18, e12430, Mar. 2023. ISSN 2447-  
1801.



This work is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 Unported License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

#### Resumo

O artigo analisa as contribuições do Programa de Assistência Estudantil (PAE) para permanência dos estudantes no Curso Técnico Integrado de Agropecuária do Instituto Federal de Minas Gerais, Campus São João Evangelista, ingressantes nos anos de 2013 e 2014 pelo Programa de Ação Afirmativa. A análise de acordo com o referencial teórico reafirma o entendimento de que a assistência estudantil é um direito e recurso fundamental para compreender as questões sociais no ambiente escolar, na perspectiva de uma educação inclusiva e emancipadora, na contínua luta pela garantia e aumento dos recursos públicos, bem como envidar esforços para aprimorar os processos internos de acompanhamento, avaliação e ações do programa além de novas pesquisas que mereçam ser aprofundadas.

**Palavras-chave:** Ensino Médio-Técnico; Cotas; Permanência; Evasão; Educação.

#### Abstract

The article analyzes the contributions of the Student Assistance Program (PAE) for the permanence of students in the Integrated Technical Course of Agriculture of the Federal Institute of Minas Gerais, Campus São João Evangelista, entering in the years 2013 and 2014 through the Affirmative Action Program. The analysis according to the theoretical framework reaffirms the understanding that student assistance is a fundamental right and resource to understand social issues in the school environment, from the perspective of an inclusive and emancipating education, in the continuous struggle to guarantee and increase public resources, as well as making efforts to improve the program's internal monitoring, evaluation and actions processes, in addition to new research that deserves to be deepened.

**Keywords:** Technical High School; Quotas; Permanence; Evasion; Education.

## 1 INTRODUÇÃO

Optou-se por trabalhar com o Curso Técnico Integrado em Agropecuária em virtude de este ser o curso técnico do campus cujo foco é a Educação Agrícola, por conter alunos ingressos por ação afirmativa e pelo reconhecimento da necessidade e da importância de obtenção de informações qualificadas sobre o cenário da assistência estudantil praticada no seio dos institutos federais.

Ao longo da história, várias conquistas relacionadas ao acesso à educação foram obtidas e, em um contexto recente, ganharam mais consistência. Várias propostas de democratização do ensino culminaram na criação de Políticas de Ações Afirmativas (PAA) nas instituições de ensino público e privado, como a proposta de inclusão e acesso da população com renda familiar *per capita* bruta igual ou inferior a um salário mínimo e meio, sendo proporcional ao número de autodeclarados negros, pardos e indígenas.

A hipótese de que a qualidade do ensino do IFMG, campus São João Evangelista decaiu em função da entrada desses discentes se apoiava na premissa de que estes não acompanhariam os demais estudantes em nível de rendimento acadêmico. Há um entendimento nas dependências desse campus de que estudantes advindos de processos seletivos aprovados em cotas desistem de estudar/evadem ou ficam retidos por vários anos até a conclusão do curso.

Ao analisar, de forma isolada, a pontuação dos ingressantes de ampla concorrência em comparação com ingressantes de PAA, percebe-se uma discrepância significativa. Conforme demonstra o resultado dos processos seletivos, as notas de ingressantes de Políticas de Ações Afirmativas são inferiores às dos estudantes de ampla concorrência (pontuação mínima entre 06 a 12 pontos, pontuação mínima de 14 a 20 pontos, respectivamente).

Essa forma de acesso incomoda, conforme percebido ao longo do trabalho desenvolvido pelo setor de Serviço Social ligado à Coordenação Geral de Assistência ao Educando – CGAE, juntamente a outros setores do campus, em que foi possível constatar que a comunidade interna (docentes, técnico-administrativos e gestores) e também externa (familiares, servidores de outras instituições) que tiveram filhos e/ou conhecidos, candidatos à vaga de ampla concorrência (AC) que não conseguiram entrar para o curso, acreditam que isso constitui um problema que afetará a qualidade do ensino no campus e reproduz o entendimento de que essa afirmação é comprovada em função de notas mais baixas para acesso ao curso.

De acordo com Mioto (2009), para realizar estudos sociais, “[...] é necessário aproximar-se da realidade social dos sujeitos demandantes da ação para compreender com precisão a sua situação e poder analisá-la, avaliá-la ou emitir um parecer sobre ela” e, ainda, prever que esse processo seja condizente com os princípios do Código de Ética Profissional do Assistente Social.

Este artigo contesta, portanto, o exposto acima e comprova a hipótese de que o Programa de Assistência Estudantil - PAE coopera com a permanência e aprovação dos estudantes que ingressaram por meio de ação afirmativa no Curso Técnico Integrado em Agropecuária do IFMG-SJE.

O objetivo deste estudo foi analisar as contribuições do Programa de Assistência Estudantil (PAE) para a permanência dos estudantes ingressantes nos

anos de 2013 e 2014 por ação afirmativa no Curso Técnico Integrado em Agropecuária do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais - Campus São João Evangelista - IFMG-SJE.

As Ações Afirmativas surgiram com base nas políticas de inclusão de grupos que foram excluídos por motivos diversos da sociedade. São desigualdades que se formaram durante a evolução histórica das sociedades, e essas ações visam eliminar ou minorar as diferenças. Segundo Silva Filho (2014), as Ações Afirmativas são resultado de um processo de conquistas sociais de diversos grupos, a exemplo de negros, mulheres, juventude, nordestinos, homossexuais, quilombolas e outros.

A reserva de vagas nas universidades e institutos federais é apenas uma modalidade de ação afirmativa dentre tantas outras. Assim, Silva Filho (2014) afirma que as Ações Afirmativas são focalizadas, direcionadas, com objetivo de compensar, restituir, reparar uma situação anteriormente estabelecida. Após ampla discussão nos mais diversos setores sociais, do meio acadêmico às camadas abastadas da sociedade, passando por grupos de defesa de minorias, entrou em vigor a Lei de Cotas, por meio da Lei n.º 12.711, de 29 de agosto de 2012, e o Decreto n.º 7.824, de 11 de outubro de 2012.

### 1.1 A IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA DE AÇÃO AFIRMATIVA NO IFMG-SJE

Considerando-se que a escola é uma instituição social, pode-se dizer que as práticas escolares trazem consigo as marcas da cultura e das relações sociais que se estabelecem no contexto em que está inserida. Esta, então, torna-se palco de problemas sociais, conforme explica Amaro (2012) ao afirmar que as relações familiares precarizadas, pais negligentes, desemprego, trabalho infantil, fome, violência, drogas e multiformas de discriminações sociais passam a fazer parte do cotidiano da escola e alimentam as estatísticas da evasão escolar, da multirepetência e do atraso escolar, marcando o início de uma história de exclusões (AMARO, 2012). Amaro (2012) destaca ainda, como fator importante, a necessidade do reconhecimento da escola como “guardiã da diversidade”, na qual interação estudantes, pais, professores e servidores em geral, cada um com sua história de vida, expectativa social, valores, dificuldades e potencialidades. A legislação vigente pertinente ao Plano de Desenvolvimento Institucional (2014- 2018) – PDI, além de bancos de dados do IFMG como secretaria escolar, serviço social (avaliações socioeconômicas), editais e resultados de processos seletivos, indica a real situação do ingresso e a permanência dos estudantes cotistas no IFMG.

Algumas vezes, os estudantes se inscrevem como “pardos”, mas nem sempre passam no crivo das comissões de heteroidentificação e, por desconhecimento do que é aceito como “pardo”, perdem a vaga. A comissão de heteroidentificação considera o fenótipo e não somente a cor e sua autodeclaração dos candidatos. Para Silva Filho (2014), as desigualdades no Brasil têm um caráter complexo; são, ao mesmo tempo, desigualdades de classe, de cor, de gênero e de região geográfica. A região onde se localiza o campus do IFMG-SJE, não se *caracteriza por uma quantidade grande de “pretos”*, sobressaindo-se autodeclarados “pardos”, o que se aproximam mais da realidade das regiões Norte e Nordeste, onde o percentual dos autodeclarados pardos é de 73,4% e 63,1%, respectivamente, conforme Pesquisa Nacional por Amostra de domicílios (PNAD contínua).

## 1.2 OS PERFIS DOS ESTUDANTES CONSULTADOS NO IFMG–SJE

Partes dos estudantes advêm de famílias onde os pais são trabalhadores rurais que projetam a esperança de uma vida melhor para seus filhos a partir da entrada em uma Instituição Federal com formação técnica reconhecida em toda região. Eles acreditam que a inserção de seus filhos no *campus* garantirá uma melhoria da condição de vida indicando uma crença neoliberal na formação técnica.

Esses adolescentes deixam suas famílias muito jovens, apesar de estarem na faixa etária certa ao ingresso no Ensino Médio/Técnico, faixa etária entre 14 e 17 anos, permanecendo longe da presença física dos pais e passando a ter responsabilidades da vida adultas, por morarem sozinhos em uma cidade desconhecida.

Além desse desafio, muitos desses estudantes enfrentam a falta de conhecimento mínimo de informática, pois residem em zona rural, sem acesso a computadores e/ou à internet, passando a dividir quarto, a conviver com pessoas desconhecidas, a ter contato com o ensino integral, por meio do qual surge a necessidade de adequação e administração do tempo, devido ao número elevado de disciplinas do curso integral, comparado ao número de disciplinas do ensino fundamental.

A distância entre suas cidades de origem e o *campus* é também um fator de fragilidade, devido à imaturidade apresentada no ato da matrícula e a dificuldade de saber lidar com a liberdade de estarem sozinhos, teoricamente, longe dos pais. Os pais desses estudantes têm profissões/ocupações, em sua maioria, conforme define Pastore (1979), de “baixo status social”, de acordo com levantamentos feitos nos arquivos do Setor de Serviço Social e carregam, até hoje, o preconceito de classe que estrutura nossa sociedade.

Os familiares desses estudantes demonstram, conforme Pastore (1979), na tabela de “estratos ocupacionais, valores médios e ocupações representativas”, instrumental de trabalho que nos aproxima mais de uma leitura socioeconômica, pois combina as variáveis “escolaridade, ocupação e rendimento” para a construção de um índice socioeconômico que melhor dispõe a posição ocupacional das pessoas em estratos sócio-ocupacionais. A pesquisa verificou que as profissões dos pais dos estudantes que acessaram o direito de ingresso por meio de cotas são de baixo a médio status social, sem apresentar profissão considerada de nível social alto.

Os arquivos das avaliações socioeconômicas realizadas pelo Serviço Social do *campus* confirmam que os estudantes do Curso Técnico Integrado em Agropecuária, em sua maioria, possuem pais que trabalham na “roça”, pequenos agricultores, trabalhadores rurais, trabalhadores formais e informais com renda familiar de um salário mínimo, com rendas muito baixas, público de programas sociais, como o Bolsa Família, além de outros que são servidores públicos (servidores das redes municipais e estaduais de ensino), com renda *per capita* média abaixo de 1,5 salário mínimo. Foi identificado o total de 16 famílias monoparentais. Desse montante, 14 possuem, como arrimo de família, somente as mães, e 02 famílias são mantidas somente pelos pais.

É facilmente visível que, dentre as ocupações dos pais, mães e ou responsáveis pelos ingressantes, uma se destaca: a de trabalhador rural/lavrador, com 54,16%, de professores de escolas estaduais/municipais, com 15%, destacando também que 20,83% são donas de casa.

Ao analisar a escolaridade dos pais dos estudantes pesquisados, 50% deles possuem, somente, Ensino Fundamental (completo e/ou incompleto). Destaca-se que a escolaridade das mães se apresenta maior que a escolaridade dos pais, sendo 26% com Ensino Médio e 19% com Graduação. Vale ressaltar que, conforme cenário nacional, segundo o IBGE (2016), no Brasil as mulheres têm maior escolaridade que os homens.

Percebe-se que, para esses estudantes que vêm de famílias cuja escolaridade é muito baixa, com ocupações consideradas de baixo *status* social, estar em uma instituição considerada referência de ensino na região é para eles o:

[...] rompimento de um ciclo de exclusão educacional e social de famílias que não tiveram a oportunidade ou a possibilidade real de galgar mais anos de estudo, de acessar melhores postos de trabalho, fato comprovado pela renda familiar, que se demonstrou muito baixa, e com certeza determinada pela baixa escolaridade dos pais (ARANTES, 2015. p. 57).

Segundo Arantes (2015), “essas famílias possivelmente não teriam condições financeiras de arcar com a formação dos filhos se não fosse a educação gratuita oferecida pelo Instituto”.

De acordo com a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior – Brasil (2019), em todo o país, 23,5% dos estudantes estão concentrados na faixa de renda mensal bruta do grupo familiar “Mais de 1 a 2 SM”, percentual variando de acordo com as regiões do país. Os estudantes pesquisados no IFMG-SJE se aproximam mais da realidade das regiões Norte e Nordeste, 31,7% e 28,2%, respectivamente.

## 2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O trabalho foi desenvolvido no âmbito do campus São João Evangelista, do IFMG, tendo como população de estudo os estudantes do curso Técnico Integrado em Agropecuária que ingressaram no período de 2013 a 2014 por meio de Ações Afirmativas. Nesse universo, 50% das vagas reservadas para ação afirmativa foram preenchidas por meio de processo seletivo, seguindo a ordem de classificação, de acordo com as notas obtidas pelo candidato e de acordo com o grupo de cota (AF1A, AF1B, AF2A, AF2B) escolhido de forma opcional pelo candidato.

A coleta de dados foi feita com base em informações registradas em documentos internos do campus. Selecionaram-se informações, principalmente, relativas aos dados existentes no Setor de Serviço Social do campus São João Evangelista, onde são feitas todas as análises socioeconômicas dos que têm interesse em pleitear auxílios divulgados em editais do campus e/ou da reitoria do IFMG. Em seguida, foram pesquisados dados da Comissão Interna de Seleção, antiga Comissão Permanente de Vestibular (COPEVES) e da Coordenação de Registro Escolar (CRE).

Os colaboradores da pesquisa foram 70 estudantes, ingressantes por ação afirmativa nos anos de 2013 e 2014, do curso Técnico Integrado em Agropecuária,

beneficiados ou não com os auxílios socioeconômicos disponibilizados pelo IFMG, conforme Portaria Normativa n.º 01/2013, aprovada pelo Conselho Superior (CONSUP), baseada no Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES).

Para esta pesquisa foram utilizados dois questionários aplicados por meio da plataforma *Google Forms*, tais como:

Questionário 1: continha 14 (quatorze) questões objetivas e 1 (uma) aberta, com considerações sobre o Programa de Assistência Estudantil: a utilização do recurso financeiro; os auxílios recebidos; as estratégias utilizadas para se manter no campus; a atuação profissional e a continuação dos estudos. Foram respondidas por 39 estudantes.

Questionário 2: continha duas perguntas complementares, foi enviado aos 33 estudantes que responderam, de forma afirmativa, à questão de número 01 do primeiro questionário. Continha 02 questões objetivas nas quais era pedido, também, que o estudante justificasse sua resposta. A única informação pessoal que o estudante forneceu para sua identificação foi o e-mail. As questões abordadas nos questionários foram analisadas individualmente de acordo com 4 blocos de análise: a caracterização do público alvo; o conhecimento e o acesso ao PAE; outras estratégias para se manter no campus; o que fazem atualmente; e sobre a importância do PAE.

A análise dos dados foi realizada de modo a obter respostas que respondessem ao objetivo geral e permitissem analisar as contribuições do Programa de Assistência Estudantil (PAE) para permanência dos estudantes do Curso Técnico Integrado em Agropecuária do IFMG-SJE, considerando as turmas que ingressaram no IFMG-SJE nos anos de 2013 e 2014 por ação afirmativa no Curso Técnico Integrado em Agropecuária do IFMG-SJE.

Essa pesquisa atende os princípios éticos e está de acordo com a resolução 466/12 que regulamenta os procedimentos de pesquisa envolvendo seres humanos e foi registrada no conselho de ética da UFRRJ sob o número: 23083.031272/2018-11.

### 3 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A análise dos dados obtidos no questionário aplicado aos 70 estudantes do Curso Técnico Integrado em Agropecuária ingressantes por meio do Programa de Ação Afirmativa, das turmas de 2013 e 2014, com e sem apoio do PAE, somente 39 permaneceram no curso até a formatura, e esses foram convidados a responder ao questionário que foi enviado via *e-mail*, *WhatsApp*, *Facebook*, por telefone, por meio de colegas da turma que mantinham contato pelas redes sociais, com um retorno de 100% dos questionários. Foi uma grande mobilização, visto que vários estão distantes do *campus*, até mesmo em outros estados da Federação.

Aos desistentes não foi aplicado questionário. De acordo com levantamento feito na CRE, não foi possível saber com precisão todos os motivos que os levaram a desistir do curso, pois só se passou a registrar, efetivamente, uma justificativa a partir de meados de 2016. Em relação aos 31 estudantes ingressantes por PAA desistentes (levando-se em conta os anos de 2013 e 2014), foram levantadas as seguintes situações: pediram transferência para escola em seu município de origem), não iniciaram o curso, não renovaram matrícula, certificação via Centro Estadual de

Educação Continuada (CESEC) e proficiência no Exame Nacional de Ensino Médio (Enem).

A partir de 2016, a CRE começou a registrar os motivos pelos quais os estudantes do Curso Técnico Integrado em Agropecuária deixavam o curso. No Quadro 1, foram categorizados os principais motivos dessa evasão<sup>1</sup>.

**Quadro 1:** Principais motivos de evasão a partir de 2016 registrados pela CRE.

<b>Categoria</b>	<b>Motivos</b>
Alojamento	Indisponibilidade de vaga de alojamento, principalmente feminino. Acessibilidade, regras rígidas.
Rendimento escolar e retenção	Reprovação, dificuldades com as disciplinas de exatas, cansaço, desinteresse em estudar, irresponsabilidade do estudante com o curso, querer estudar em um só horário, reprovação no ano anterior.
Adaptação	Desmotivação, regras rígidas da instituição, não adaptação ao curso, não adaptação à escola, carga horária excessiva, horário integral, distância dos familiares.
Rapidez na conclusão do Ensino Médio	Certificação por Enem, CESEC.
Saúde	Depressão.
Outros motivos	Trabalho, emprego, fazer um curso noturno, situações pessoais/particulares.

**Fonte:** Dados da pesquisa (2018) a partir de informações da CRE.

### 3.1 COMPARAÇÃO ENTRE AS NOTAS DE COTISTAS E NÃO COTISTAS

A nota de cotistas e não cotistas é um tema amplamente debatido por toda a comunidade acadêmica do campus SJE. Frequentemente, levantam-se questionamentos quanto ao rendimento escolar traduzido em notas de diversas disciplinas escolares dos alunos de AA e AC. Contudo, os resultados apresentados pelos não cotistas mantiveram-se próximos aos cotistas, não havendo uma diferença expressiva nas notas entre eles.

O estudo realizado por Velloso (2009) compara as médias das notas de dois grupos de alunos em cada carreira, cotistas e não cotistas, considerando o nível de prestígio social do curso e sua área do conhecimento do vestibular – Humanidades, Ciências e Saúde. De acordo com os resultados discutidos, não houve alterações ou

<sup>1</sup> Mesmo este não sendo o foco desta pesquisa, entende-se importante essa verificação, vista a possibilidade de algumas terem também ocorrido entre os anos de 2013 e 2014, podendo ser utilizadas como referências.

qualquer prejuízo para o padrão acadêmico da universidade, a despeito do que vem sendo afirmado por muitos dos críticos da reserva de vagas.

A questão das notas de ingresso é motivo para discussão, não no IFMG-SJE, mas no Brasil como um todo. As avaliações acadêmicas ainda, na maioria das instituições de ensino, utilizam as notas como meio de verificação da aprendizagem. Críticos e parte da sociedade, que se sente prejudicada pela política de cotas, utilizam-se do argumento de que cotistas apresentam rendimento inferior ao dos não cotistas, causando diminuição na qualidade do ensino como um todo. Para Beraldo e Magrone (2012):

[...] tornou-se senso comum que alunos são aprovados quando têm notas boas, ou suficientes, e reprovados quando ocorre o contrário. É do senso comum esta vinculação entre mérito e sua “quantificação”, mesmo grosseira: a nota. Assim, para o senso comum é uma inversão, um absurdo incompreensível esta situação provocada pelo sistema de cotas, em que um candidato com notas inferiores “passa na frente” de outro melhor preparado, que tenha sofrido um ano inteiro, no mínimo, estudando dia e noite, sem o lazer tão valorizado nesta faixa da vida. É injusto (BERALDO; MAGRONE, 2012, p. 102).

Vale destacar, que ao final do curso, ao se analisar notas e coeficientes de rendimentos de alunos concluintes, verificou-se que estes parâmetros foram superiores para os alunos cotistas quando comparados àqueles que ingressaram por ampla concorrência (não cotistas), demonstrando que a modalidade de ingresso escolar no período estudado não interferiu negativamente na qualidade do ensino.

Quanto às previsões de uma possível queda do padrão de ensino, a partir do Coeficiente de Rendimentos dos 41<sup>2</sup> formandos das turmas ingressantes, houve rendimentos maiores de alunos cotistas: em 2013 (AA=79,29 e AC=75,00) e em 2014 (AA=72,40 e AC=71,56).

O coeficiente de rendimento é regulamentado pela Resolução n. 46, de 17 de dezembro de 2018 – IFMG (2018), que considera como peso a carga horária das respectivas disciplinas, caracterizando o Coeficiente de Rendimento Global, obtido pela fórmula:  $\frac{\sum[(\text{nota da disciplina}) \times (\text{carga horária})]}{\sum(\text{carga horária total do curso})}$ .

$$\frac{\sum[(\text{nota da disciplina}) \times (\text{carga horária})]}{\sum(\text{carga horária total do curso})}$$

### 3.2 O PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DO CAMPUS IFMG-SJE NA VISÃO DE SEUS USUÁRIOS

<sup>2</sup> 41 é o número de estudantes formados nos anos 2015 e 2016. Este número se difere do número de 39 estudantes que ingressaram em 2013 e 2014 que chegaram a concluir o curso, porque 02 alunos de anos anteriores (retidos) se formaram juntos.

O questionário composto por 15 questões sobre o Programa de Assistência Estudantil foi aplicado, sendo respondido em sua totalidade. A questão número 1 perguntava sobre o acesso ao PAE. 15% disseram que não tiveram acesso ao PAE e 85% tiveram acesso ao PAE. De acordo com os arquivos internos do Setor de Serviço Social, os 85% respondentes obtiveram benefícios da categoria socioeconômica.

Quanto ao processo de seleção de bolsistas, este foi eficaz para 63% dos estudantes que responderam o questionário, contra 32% que responderam às vezes e 5% que disseram que o processo de seleção de bolsistas do Programa de Assistência Estudantil não foi eficaz. A pergunta foi respondida por 38 estudantes e um deixou de respondê-la.

Observou-se a predominância do gênero masculino, correspondendo a 59% em relação a 41% do gênero feminino. A faixa etária com que ingressaram no *campus* refere-se a 14 a 17 anos, idade dentro da faixa etária regular ou ingresso no Ensino Médio/Técnico. A respeito dos respondentes, 74% dos estudantes não tiveram dificuldades ao solicitar auxílios do Programa de Assistência Estudantil disponíveis no *campus*, já 16% disseram que às vezes tinham dificuldades, outros 5% não opinaram e 5% informaram que tiveram dificuldades.

Os auxílios ofertados pela categoria socioeconômica do Programa de Assistência Estudantil, que foram considerados de grande importância para permanência do estudante no *campus*, tiveram destaque o auxílio-alimentação, com 39%, e o auxílio moradia, com 36%. Com menos destaque foram vistos o auxílio atividade, com 15%, e o auxílio-transporte, com 5%, observando-se que 5% não opinaram.

Houve confirmação do Programa de Assistência Estudantil para o sucesso na conclusão dos seus estudos como uma estratégia governamental, no sentido de contribuir para a elevação dos índices de escolaridade dos sujeitos, contribuindo ao bom desempenho da economia, como respostas aos interesses do capital, consoante os organismos multilaterais, como o Banco Mundial.

Dos 39 alunos entrevistados, 33 tiveram acesso a algum tipo de benefício. Destes, 27 responderam, de forma afirmativa, que o PAE foi significativo com um grau de muita importância para a permanência e conclusão do curso. Os demais (08 estudantes) não responderam a parte do questionário complementar (segundo instrumento).

Para se manterem estudando no IFMG-SJE, além dos auxílios do Programa de Assistência Estudantil, 87% dos estudantes responderam que dependeram do auxílio dos pais, 10% utilizaram-se de venda de algum produto e 3% não responderam.

Dos 59% dos respondentes que continuam os estudos, 26% trabalham em outras atividades, mas fora da área de formação, 10% não trabalham nem estudam e 5% trabalham na área de formação (Técnico em Agropecuária).

A preocupação com uma educação continuada se mostra evidenciada em relação à quantidade de pessoas que continuam seus estudos em universidades públicas ou privadas. Esse dado também aponta para a importância da atuação dos IFs, sobretudo em cidades do interior do país, formação de jovens, com oferta de educação de *melhor qualidade*. A qualidade do ensino das escolas federais se reflete em maior orçamento financeiro e atuação profissional de mestres e doutores no quadro de servidores. Por outro lado, demonstra, também, a preocupação dos

egressos quanto à empregabilidade e à formação acadêmica. Os dados coletados nesta pesquisa apontam para uma questão alarmante: o alto investimento em formação tecnológica, para além do Ensino Médio, muitas vezes não traz retorno social. Dos 70 ingressantes por Ação Afirmativa, somente 39 estudantes concluíram o curso, ou seja 55,71%. Apenas dois egressos, 5% dos concluintes, trabalham na área de formação. Considerando-se o número inicial de ingressantes, apenas 2,86% atuam na área que se formaram. Esses dados não consideram os ingressantes por ampla concorrência.

### 3.3 ÍNDICE DE PERMANÊNCIA DOS ESTUDANTES INGRESSANTES POR MEIO DO PROGRAMA DE AÇÃO AFIRMATIVA OS ANOS DE 2013 E 2014 NO CURSO TÉCNICO INTEGRADO EM AGROPECUÁRIA DO IFMG-SJE

Para elaboração do índice de permanência, considerou-se o número de estudantes ingressantes por meio de Ação Afirmativa dos anos de 2013 e 2014 e o número de concluintes ao final dos três anos regulares de curso, sendo o resultado expresso em porcentagem, considerando as respectivas conclusões em 2015 e 2016. Foi elaborada uma planilha no programa *Excel/2010*, fazendo um levantamento desde o ingresso do estudante até o ano de sua conclusão, verificando-se se este recebeu ou não algum benefício do programa de assistência estudantil.

Esse levantamento foi feito por meio de análise de fontes internas do *campus*, coleta de dados da antiga Comissão Permanente de Vestibular (COPEVES), atualmente Comissão Interna de Seleção, observando-se que, de acordo com Gil (2008), a análise documental é uma técnica de coleta de dados feita de forma indireta, as informações são obtidas por meio de documentos, jornais, papéis oficiais, registros estatísticos dentre outros.

A pesquisa foi direcionada a todos os estudantes que entraram por Ação Afirmativa nos anos de 2013 e 2014, para que fosse possível apurar a quantidade de ingressantes e de concluintes. Os documentos arquivados no Serviço Social do *campus* foram fontes importantes da pesquisa para identificar os bolsistas do PAE e quais os benefícios recebidos por eles ao longo do curso.

O percentual de permanência dos estudantes ingressantes por meio do PAA em 2013 e 2014 no Curso Técnico Integrado em Agropecuária é demonstrado na Tabela 1 e indica um número expressivo de evasão.

**Tabela 1:** Percentual de permanência dos estudantes ingressantes por meio do PAA em 2013 e 2014 no Curso Técnico Integrado em Agropecuária IFMG-SJE.

Ano	2013	2014	Total
Permanência de estudantes matriculados por PAA até o final do curso	55,17/16	56,09/23	39
Evasão	44,82/22	43,90/15	37

**Fonte:** Elaborado pela pesquisadora (2019) a partir de informações da CRE.

Ao analisar os concluintes, percebe-se que, em relação ao total de ingressantes nos anos 2013 e 2014, trinta e nove estudantes concluíram o curso, ou seja, 55,63 %, sendo 28 concluintes no tempo regular e 11 terminaram o curso depois de três anos. Esses dados comprovam o grande número de evadidos no curso técnico de agropecuária, 44,27%. Vale destacar que estudos sobre evasão escolar extrapolam o objetivo dessa pesquisa, devem ser aprofundados para que possíveis soluções possam amenizar esse grave problema nessa instituição.

Em relação ao total de estudantes concluintes, 31 discentes receberam auxílio do PAE, 79,49% do total de concluintes. Oito alunos não receberam auxílio, 20,51%. Nesse momento, o não recebimento de bolsa por parte desses últimos ocorreu por indisponibilidade de recursos institucionais; a totalidade solicitou recurso e não foi contemplada na avaliação socioeconômica, mesmo referindo-se a alunos públicos desses benefícios devido a falta de recursos financeiros para pagamento das bolsas solicitadas.

Muitos dos estudantes do *campus* têm renda *per capita* muito baixa e o recurso financeiro disponibilizado não consegue atender a todos que necessitam de auxílio, o que faz priorizar os de renda ainda mais baixa. Isto é um descompasso, pois todos que entraram pelo PAA deveriam ter acesso ao PAE para garantir sua permanência no curso. O que não ocorre devido à grande procura por benefícios no *campus*, pois mais de 80% do total de alunos necessitam do auxílio da Assistência Estudantil. Como mencionado na caracterização do perfil dos discentes, a maioria deles advém de realidade socioeconômica desfavorecida.

A Tabela 2 apresenta os estudantes que ingressaram pelo PAA nos anos de 2013 e 2014 e demonstra o resumo daqueles que concluíram o curso no tempo regular, sua evasão e os participantes ou não do PNAES.

**Tabela 2:** Histórico dos estudantes do Programa de Ação Afirmativa.

Ano	2013	2014	Total
Ingresso por AA	29	41	70
Estudantes concluintes do curso	16	23	39
Evasão	13	18	31
Receberam benefício socioeconômico do PNAES durante todo o curso	13	18	31
Não receberam socioeconômico do PNAES durante todo o curso	3	5	8

Fonte: elaborada pela pesquisadora (2019).

### 3.4 COMPARAÇÃO DO ÍNDICE DE PERMANÊNCIA DOS ESTUDANTES QUE INGRESSARAM NOS ANOS DE 2013 E 2014 NO CURSO TÉCNICO INTEGRADO EM AGROPECUÁRIA DO IFMG-SJE POR MEIO DO PAA COM E SEM APOIO DO PAE

O método comparativo foi empregado com o propósito de analisar, comparativamente, o índice de permanência entre os estudantes do Curso Técnico

Integrado em Agropecuária que receberam ou não apoio do PAE. Esse método é muito utilizado nas Ciências Sociais e procura investigar indivíduos, classes, fenômenos ou fatos (GIL, 2008).

Realizou-se um levantamento dos estudantes de Ação Afirmativa que receberam apoio da categoria de vulnerabilidade socioeconômica (alojamento, alimentação, creche, bolsa atividade e transporte) do PAE durante os três anos de curso. E estes foram comparados com os que não receberam nenhum benefício e também com os que receberam benefícios por um período, conforme a Tabela demonstrada anteriormente.

Para comparar o índice de permanência dos estudantes que ingressaram nos anos de 2013 e 2014 no Curso Técnico Integrado em Agropecuária por meio de PAA, com e sem apoio do PAE, os dados foram demonstrados na Tabela 3 para uma melhor visualização.

**Tabela 3:** Tempo que os estudantes receberam os benefícios da categoria socioeconômica do Programa de Assistência Estudantil no período em que estavam no curso Técnico Integrado em Agropecuária

Tempo do benefício	2013	2014	Média
3 anos	62,5%	56,52%	59,51%
2 anos	12,50%	17,39%	14,95%
1 ano	18,75%	4,35%	11,55%
Não receberam benefício	6,25%	21,74%	13,99%

Fonte: Elaborado pela pesquisadora (2019).

Os recursos para PAE variam de acordo com a disponibilidade do Governo Federal para o programa nos Institutos Federais. Esses valores encolhem a cada ano, além, também, de variar de acordo com a organização interna de cada Instituto na distribuição dos valores para cada *campus*. Quase a totalidade dos alunos do *campus* São João Evangelista apresentam uma situação de vulnerabilidade socioeconômica, conforme previsto Portaria normativa vigente, variando de acordo com os perfis A a E, descritos em item anterior deste trabalho.

Diante disso, infere-se que, caso houvesse mais recursos, o número de estudantes atendidos seria maior, podendo chegar à totalidade dos casos.

### 3.5 IDENTIFICAÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES DO PAE PARA A TAXA DE SUCESSO DOS EGRESSOS DO CURSO, PROVENIENTES DAS TURMAS DOS ANOS DE 2013 E 2014

Considera-se como taxa de sucesso a permanência e conclusão do Curso Técnico Integrado em Agropecuária no tempo regular de 3 anos. Para melhor visualização, o Quadro 2 compara percentualmente a situação destes estudantes nos anos de 2013 e 2014 no IFMG/SJE.

**Quadro 2:** Situação dos estudantes matriculados em 2013 e 2014.

Situação	Ano			
	2013	%	2014	%
Ingressantes	31	100	41	100
Evadidos	05	16,12	07	17,07
Desistente	01	3,22	-	-
Proficiência Enem	01	3,22	02	4,87
Proficiência CESEC	-	-	01	2,43
Não iniciaram o curso	03	9,67	-	-
Transferência externa	05	16,12	08	19,51
Concluíram o curso em período regular (3 anos)	14	41,93	14	34,14
Retidos mas terminaram o curso em outros anos	02	9,67	09	21,95
Total	31	-	41	-

**Fonte:** Elaborada pela pesquisadora (2019).

O sucesso e fracasso escolar em relação à evasão e abandono escolar são temas muito debatidos na atualidade. Silva Filho e Lima Araújo (2017) trazem uma importante reflexão sobre o tema:

[...] para discorrer sobre o fracasso escolar dentro do contexto de evasão e abandono escolar, é necessário ter como eixo a compreensão de suas dimensionalidades dentro da educação brasileira, pois as causas se apresentam como desagregadoras da educação em todas as regiões do país. Suas formas de interpretação não permitem chegar a uma definição precisa de “evasão e abandono escolar”, uma vez que esta requer uma compreensão das relações entre os motivos de ingresso e a trajetória dos permanentes, dos desistentes e egressos desse público. As próprias indefinições do Inep (1998) e do Ideb (2012) trazem à tona a falta de conceito claro para evasão e abandono escolar. (SILVA FILHO; LIMA ARAÚJO, 2017).

Diante da necessidade de maiores informações para o fechamento da pesquisa em foco, foi aplicado um novo “Questionário de Pesquisa Complementar” aos 85% que responderam que tiveram acesso ao PAE no primeiro questionário aplicado.

O questionário complementar foi composto por duas perguntas com respostas “Sim ou Não” e om justificativa. Foi enviado pela plataforma *Google Forms* a 33 estudantes (correspondentes aos 85%). 8 não responderam, obtendo um percentual de 75,76% de respondentes.

A primeira pergunta foi: “durante o Curso Técnico Integrado em Agropecuária, o Programa de Assistência Estudantil (PAE) CONTRIBUIU para sua permanência?”. Dos respondentes, 96,3% disseram que o benefício contribuiu para a permanência deles no *campus* e as justificativas foram categorizadas no Quadro 3.

**Quadro 3:** Categorização das justificativas em relação à pergunta n.º 1 do questionário complementar aplicado a 33 estudantes que ingressaram por AA nas turmas de 2013 e 2014.

<b>Categoria</b>	<b>Justificativa</b>
<b>Moradia</b>	Vale transporte facilita morar juntamente aos familiares nas cidades vizinhas, arcar com aluguel e outras despesas, alojamento e alimentação, pensou em desistir, mas com os auxílios voltou atrás
<b>Financeiro</b>	Permanência no curso se deu por ter alojamento, recurso destinado às despesas com moradia e alimentação, incentivo à inovação e pesquisa, na época, a renda dos pais sozinha era insuficiente para manter no <i>campus</i> , não teria condições de se manter no campus sem o PAE, melhor qualidade de vida durante o curso.
<b>Outros fatores</b>	O PAE foi fator determinante para a permanência.

**Fonte:** Elaborada pela pesquisadora (2019).

Outra pergunta aplicada no questionário complementar: “O PAE CONTRIBUIU para conclusão do Curso Técnico Integrado em Agropecuária?”. Os respondentes disseram que sim, e as justificativas estão apresentadas no Quadro 4.

**Quadro 4:** Categorização das justificativas em relação à pergunta n.º 2 do questionário complementar, aplicado a 33 estudantes que ingressaram por AA nas turmas de 2013 e 2014

<b>Categoria</b>	<b>Justificativa</b>
<b>Financeiro</b>	A contribuição financeira foi a que mais apareceu nas justificativas sobre a contribuição do PAE em relação a conclusão do curso: pagamento do transporte, o acesso a bolsa de moradia e alimentação que foram de suma importância, falta de condições financeiras dos pais de arcar com as despesas provenientes do curso, situação financeira da família era difícil na época e os benefícios do PAE contribuíram, pagamento de contas e alimentação.
<b>Benefícios</b>	Moradia e alimentação, bem como bolsa de atividades nos setores que além de proporcionar a permanência no Campus até a conclusão ainda aproximou mais do curso das atividades nos setores.

Contribuição	Forma significativa para permanência e conclusão do curso forneceu recursos para conclusão do curso, ajuda na manutenção do curso, sem auxílios a conclusão seria mais difícil, um dos fatores que contribuíram para maior foco nos estudos e posterior conclusão, evitou maiores problemas financeiros.
--------------	--

**Fonte:** Elaborada pela pesquisadora (2019).

Detectamos, portanto, que a maior incidência de desistentes do grupo de cotistas foi da cidade de São João Evangelista, do total de 31 alunos evadidos (44,27%) do número de ingressantes nos anos 2013 e 2014. Ou seja, quase a metade dos alunos evadidos, 14 discentes, são do município de São João Evangelista (45,16%), sede do campus. Os demais evadidos, 54,84%, são originários dos demais municípios, 17 alunos.

Vale destacar que, em relação aos 70 alunos ingressantes pelo PAA, 27 são do município com maior evasão, 38,57% do total de ingressantes e 61,43% são dos demais municípios. Mesmo com um percentual maior de alunos ingressantes a qualquer outro município da região, o número de evadidos de São João Evangelista supera a proporção de entrada/evadidos.

Conforme o primeiro questionário aplicado, os egressos das turmas de 2013 e 2014 do Curso Técnico Integrado em Agropecuária continuaram em cursos superiores: Administração, Agronegócio, Agronomia, Arquitetura e Urbanismo, Ciências Biológicas, Direito, Engenharia Agrícola e Ambiental, Engenharia de Controle e Automação, Engenharia de Minas, Engenharia Elétrica, Engenharia Florestal, Fisioterapia, Medicina Veterinária e 02 em cursos técnicos.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quanto à aprovação dos estudantes, não foi possível a comprovação de contribuição direta do PAE, mas, como exigência para bolsa, a frequência de, no mínimo, 75% durante todo o curso, estimulava o maior compromisso e, por conseguinte, a melhora no desempenho acadêmico do aluno.

Contrariando os pressupostos anteriores de grande parcela da comunidade acadêmica sobre piora na qualidade do ensino após a entrada de cotistas no campus, pode-se verificar, de acordo com o Coeficiente de Rendimentos dos formandos das turmas ingressantes, que os alunos ingressantes por PAA tiveram escore maior em notas do que os da AA, considerando os dois anos de ingresso, 2013 (AA=79,29 e AC=75,00) e em 2014 (AA=72,40 e AC=71,56).

Um exemplo clássico que ilustra a afirmação acima é de uma aluna ingressa por PAA com a pior nota dentre todos os aprovados, ingressante e na última chamada do processo seletivo. Essa estudante, ao final do terceiro ano, foi premiada como a melhor aluna e com maior Coeficiente de Rendimento dentre todos os estudantes cotistas e AC e, durante os três anos de curso, foi assistida pelo PAE.

Ao analisar o índice de permanência no período regular (3 anos) dos estudantes ingressantes por meio do Programa de Ação Afirmativa, nos anos de 2013

e 2014, respectivamente, no Curso Técnico Integrado em Agropecuária do IFMG-SJE, demonstrou-se um número expressivo de evasão diante do total de ingressantes daqueles anos.

Ao analisar o índice de permanência desses estudantes, por meio do Programa de Ação Afirmativa com e sem apoio do Programa de Assistência Estudantil, percebeu-se que os recursos para PAE variam de acordo com a disponibilidade do governo federal para o programa nos Institutos Federais. Esses valores variam a cada ano. Além disso, também variam de acordo com a organização interna de cada Instituto na distribuição dos valores para cada campus.

Conclui-se que o Programa de Assistência Estudantil e o Programa de Ação Afirmativa colaboraram para a inclusão de estudantes das classes menos favorecidas. Diante do cenário político atual, as previsões para continuação e/ou melhorias nesses programas ainda são incertas. Esse estudo, além de comprovar que o programa é imprescindível para mudar o acesso e a permanência da classe menos favorecida em instituições de ensino, que ingressam por processos seletivos, segregados ao longo da história antiga e recente do Brasil, pode fornecer dados e incentivos para novos trabalhos que busquem o direito que não pode ser menosprezado ou violado.

A assistência estudantil é um direito e contribui para responder à questão social no ambiente escolar. Mas, com a pesquisa realizada, percebe-se que somente a concessão do auxílio do Programa de Assistência Estudantil não é o que leva o estudante a permanecer na instituição. Percebem-se outras variáveis, como as condições psicológicas, físicas, questões pessoais, interpessoais e institucionais associadas às dificuldades dos estudantes na sua adaptação e rendimento acadêmico.

Diante de toda a análise realizada, em diálogo com o referencial teórico utilizado, reafirma-se o entendimento de que a assistência estudantil é um direito e um recurso fundamental para o resgate das questões sociais no ambiente escolar, na perspectiva de uma educação inclusiva e emancipadora. Nesse sentido, cabe acreditar e lutar pela garantia e aumento dos recursos públicos destinados a tal finalidade, bem como empenhar na melhoria dos procedimentos internos de acompanhamento e avaliação de seus resultados. Espera-se que os dados apresentados neste artigo contribuam para esse processo de aprimoramento das ações e apontamentos para novas pesquisas.

## REFERÊNCIAS

AMARO, Sarita. **Serviço Social na Educação: bases para o trabalho profissional**. Santa Catarina: Editora UFSC, 2012.

ARANTES, Anna Kelly. **Educação e Construção da Cidadania: Estudo da Formação Cidadã de Alunos Bolsistas no IFMG – Campus Bambuí**. 2015. 100 f. Dissertação -Mestrado Profissional em Desenvolvimento Regional - Instituto de Ensino Superior e Pesquisa – INESP, Divinópolis.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR (Brasil). **V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES 2019**. Uberlândia: ANDIFES, 2019. Disponível em:

[http://www.ufes.br/sites/default/files/anexo/relatorio\\_executivo\\_v\\_pesquisa\\_do\\_perfil\\_dos\\_graduandos.pdf](http://www.ufes.br/sites/default/files/anexo/relatorio_executivo_v_pesquisa_do_perfil_dos_graduandos.pdf). Uberlândia, mai/2019. Acesso em: 05 set. 2019.

BERALDO, Antônio Fernando de Castro Alves; MAGRONE, Eduardo. Cotas na Universidade Federal de Juiz de Fora: o começo (2004-2006). In: SANTOS, J. T. **Cotas nas universidades: análises dos processos de decisão**. Salvador: CEAO, 2012. p. 99-134.

BRASIL. **Decreto n. 7.824, de 11 de outubro de 2012**. Regulamenta a Lei n. 12.711, de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio. Brasília: república Federativa do Brasil, 2012. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/decreto/d7824.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7824.htm). Acesso em: 29 ago. 2012.

BRASIL. **Lei n. 12.711, de 29 de agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília: República Federativa do Brasil, 2012.

BRASIL. **Resolução n. 466, de 12 de dezembro de 2012**. Dispõe sobre diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, n. 12, 13 jun. 2013. Disponível em: <http://bit.ly/1mTMIS3>. Acesso em: 06 jul. 2019.

GASPAR, Lucia; BARBOSA, Virginia. **Ações afirmativas e políticas de cotas no Brasil: uma bibliografia, 199-2012**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2013. Disponível em: [https://www.gov.br/fundaj/pt-br/composicao/dimeca-1/biblioteca/acervos/inventarios-documentais-e-indices/acoes\\_afirmativas\\_e\\_politicas\\_de\\_cotas\\_brasil.pdf](https://www.gov.br/fundaj/pt-br/composicao/dimeca-1/biblioteca/acervos/inventarios-documentais-e-indices/acoes_afirmativas_e_politicas_de_cotas_brasil.pdf). Acesso em: 15 maio 2018.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

IBGE. **Conheça o Brasil – População: cor ou raça**. [S. l]: IBGE, [2021]. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18319-cor-ouraca.html#:~:text=O%20IBGE%20pesquisa%20a%20cor,9%2C1%25%20como%20pretos>. Acesso em: 10 fev. 2023.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - Características gerais dos moradores 2020-2021**. [S.l]: IBGE, 2022. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101957\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101957_informativo.pdf). Acesso em: 15 maio 2018.

IFMG. Instituto Federal de Minas Gerais. **Instrução Normativa nº. 01/2017**. Normatiza, o Programa de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Minas Gerais, 20 de março de 2017. (Documento interno do IFMG).

MIOTO, Regina Celia. T. Estudos socioeconômicos. In: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Serviço Social: direitos e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. p. 481.

PASTORE, José. **Desigualdade e Mobilidade Social no Brasil**. São Paulo: T.A Queiróz Editor, 1979.

SILVA FILHO, Penildon. **Políticas de Ação Afirmativa na Educação Brasileira: Estudo de Caso do Programa de Reserva de Vagas para Ingresso na Universidade Federal da Bahia**. 1. ed. Jundiaí, SP: Paco Editorial, 2014.

SILVA FILHO, Raimundo Barbosa; LIMA ARAÚJO, Ronaldo Marcos de. **Evasão e abandono escolar na educação básica no Brasil**. Educação Por Escrito, Porto Alegre: v. 8, n. 1, p. 35-48, jan.-jun. 2017.

VELLOSO, Jacques. **Cotistas e não-cotistas: Rendimentos de Alunos da Universidade de Brasília**. Cadernos de Pesquisa, v. 39, n. 137, p. 621-644, maio/ago. 2009.